

Ata nº 111 / XIII / 3.ª SL

Aos vinte dias do mês de fevereiro de 2018, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiras, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Informações gerais
2. Análise do Parecer do pedido de assentimento para a deslocação do Senhor Presidente da República à República Helénica entre os dias 12 a 14 de março de 2018 - Projeto de Resolução n.º 1288/XIII/3.ª
3. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 61/XIII/3.ª Aprova o Protocolo relativo a uma Emenda à alínea a) do artigo 50.ª da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, a 6 de outubro de 2016 (Deputada autora do parecer: Ana Passos – PS)
4. Apreciação e votação do parecer da Proposta de Resolução n.º 62/XIII/3. (Deputado autor do parecer: Pedro Filipe Soares – BE)
5. Apreciação e votação do relatório da Proposta do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a iniciativa de cidadania europeia COM(2017) 482 (Deputado autor do relatório: João Oliveira – PCP)
6. Distribuição de iniciativas legislativas e nomeação dos autores dos pareceres:
 - Proposta de Resolução n.º 64/XIII/3.ª - Aprova o Protocolo relativo a uma Emenda ao artigo 56.º da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, em 6 de outubro de 2016. (Deputado autor do parecer: PS)
 - Proposta de Resolução n.º 65/XIII/3.ª - Aprova o Tratado entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha através do qual se Estabelece a Linha de fecho das Desembocaduras dos rios Minho e Guadiana e se Delimitam os Troços Internacionais de ambos os rios, assinado em Vila Real, em 20 de maio de 2017. (Deputado autor do parecer: PCP)
 - Proposta de Resolução n.º 66/XIII/3.ª - Aprova o Acordo de Cooperação em Matéria de Parceria e Desenvolvimento entre a União Europeia e os seus Estados

Membros, por um lado, e a República Islâmica do Afeganistão, por outro, assinado em Munique em 18 de fevereiro de 2017. (Deputado autor do parecer: PSD)

7. Análise e decisão sobre o escrutínio de iniciativas europeias sinalizadas pela CAE

Recomendação de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a abertura de negociações relativas a um Acordo de Parceria entre a União Europeia e os países do Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico - **COM (2017) 763** (Deputado autor do relatório: PSD)

8. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1202/XIII/3.ª (BE) “Recomenda que os relatórios sobre a aplicação, por parte do Estado Português, da Convenção sobre os Direitos da Criança sejam distribuídos à Assembleia da República”.

9. Apreciação do Relatório referente à deslocação do Senhor Deputado Pedro Alves à reunião interparlamentar “A implementação do novo consenso europeu e os objetivos do desenvolvimento sustentável”, Bruxelas, 21 de novembro de 2017.

10. Apreciação do Relatório referente à deslocação do Senhor Presidente da Comissão à 10.ª Edição do Parliamentary Intelligence and Security Forum, Washington, Estados Unidos da América, 7 de dezembro de 2017.

11. Aprovação de atas:

- Ata n.º 105/XIII/3.ª, de 05 de dezembro de 2017;
- Ata n.º 107/XIII/3.ª, de 16 de janeiro de 2018;
- Ata n.º 108/XIII/3.ª, de 24 de janeiro de 2018;
- Ata n.º 109/XIII/3.ª, de 31 de janeiro de 2018.

12. Outros assuntos.

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, deu as boas-vindas aos membros da Comissão, tendo começado por prestar, englobadas no **Ponto 1.** da OD, as seguintes informações:

- Em primeiro lugar, o Senhor Presidente quis felicitar o PSD pela realização do seu recente Congresso.

- Ficou unanimemente decidido, em sessão de 31 de janeiro, cumular a audição Regimental do Senhor Ministro (agendada para 28 de fevereiro próximo) com a audição sob Requerimento, apresentado pelo PS, desde que os trabalhos fossem iniciados com a audição regimental. Posteriormente, veio o PS sugerir a inversão da Ordem de Trabalhos, de forma a que fosse em primeiro lugar tratada a matéria do Requerimento (Base das Lajes), tendo sido sugerida, em tal sentido, uma proposta de grelha de tempos, entretanto remetida aos diferentes Grupos, para apreciação. Tendo o Senhor Presidente questionado a cerca da posição dos diferentes Grupos acerca desta matéria, intervieram os Senhores **Deputados**:

José Cesário (PSD) para vincar que o PSD mantém a sua anterior posição, tal qual havia sido deliberado.

Paulo Pisco (PS) para anunciar que, na sequência de conversa mantida com o PSD, mantém o que havia ficado deliberado, prescindindo, pois, do pedido de inversão na ordem dos dois pontos da audição.

Interveio o Senhor **Presidente** para sugerir que em casos similares de cumulação, a regra ora confirmada se assumia como regra-base para casos futuros.

Submetida a votação, esta regra procedimental foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes, (ausência do PCP e CDS/PP).

- Devido à evolução política recente na República da África do Sul, não existem condições para que a visita planeada venha a ocorrer proximamente. Em alternativa, e correspondendo a um **convite apresentado pela Comissão Parlamentar homóloga do Parlamento turco**, existe a possibilidade de programar a deslocação de uma delegação da CNECP a Ancara. Acerca desta possibilidade, intervieram os seguintes Senhores **Deputados**:

José Cesário (PSD) que concordou com esta alternativa, tendo, porém, sugerido, que o Programa da visita pudesse incluir uma passagem por Istambul, por ser a cidade onde se têm fixado muitos emigrantes portugueses, com os quais deveria ser agendado um encontro. Relembrou ali existir um Consulado muito ativo.

Paulo Pisco (PS) para concordar com as ideias e propostas expressas pelo PSD. Mais acrescentou que o momento social e político atual na Turquia confere a esta visita uma importância essencial. Solicitou, ainda, que no âmbito desta visita, pudessem ser promovidas reuniões com representantes dos partidos da oposição.

- Seguidamente e na sequência do solicitado pelo Senhor Presidente da Assembleia da República, informou terem as 1.^a e 2.^a Comissões ficado de avaliar a possibilidade de o Parlamento poder indicar uma entidade, singular ou coletiva, candidata ao 14.^o *Seoul Peace Prize*. Informou que os Serviços iriam remeter o texto informativo alusivo a este Prémio, contendo a informação detalhada acerca das áreas de atuação para tal relevantes. Mais informou que o prazo para indicação de eventuais candidaturas junto desta Comissão termina a 15 de março, e que a 1.^a Comissão havia já declinado apresentar qualquer candidatura.

Nesta matéria, intervieram os Senhores **Deputados José Cesário (PSD)**, e **Paulo Pisco (PS)**, para manifestar a posição de que o Parlamento não deveria abdicar da possibilidade de indicar uma entidade candidata a este Prémio.

Assim, ordenou o Senhor Presidente que os Serviços aguardem até 15 de março pela apresentação de candidaturas.

- Relativamente à temática dos novos Grupos Parlamentares de Amizade (GPA's), referiu o Senhor Presidente ter vindo a ser sensibilizado, de há tempo, para o interesse na criação de GPA's, com parlamentos de países com os quais Portugal mantém relações especiais. Encontram-se neste caso a Roménia, a República Checa, e a Moldova. Sendo o acionamento dos GPA's matéria da iniciativa dos Deputados, e aproveitando o momento e a sede, em tudo propiciadora da reflexão acerca de potenciais relacionamentos bilaterais, perguntou se algum dos presentes estaria interessado em arrancar com algum destes Grupos. Sublinhou o quão prioritário é o caso da Roménia, cujo interesse foi pessoalmente manifestado por diversas ocasiões pela Senhora Embaixadora em Lisboa, por sinal, autora de algumas publicações sobre o relacionamento bilateral luso-romeno.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)**, para manifestar a sua concordância, se bem que receando não existirem Deputados em número suficiente para tantas solicitações no presente âmbito.

Interveio a Senhora **Deputada Joana Lima (PS)** para manifestar a intenção de vir a formalizar o GPA Portugal – Moldova.

Referiu o Senhor **Presidente**, na sequência de informações entretanto obtidas, que irá contactar os Senhores Deputados Luis Graça (PS), e Margarida Marques (PS), de forma a avaliar da sua disponibilidade para acionarem Grupos, respetivamente, com a República

Checa, e a Roménia, no seguimento, aliás, de intenções em tempo manifestadas pelos mesmos no presente sentido.

No **Ponto 2.**, foi lido o projeto de Parecer referente ao assentimento solicitado pelo Senhor Presidente da República para a sua deslocação à República Helénica, o qual, uma vez submetido a votação, foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do PCP).

No **Ponto 3.**, preliminarmente à apresentação prevista pela Senhora Deputada Ana Passos (PS), interveio o Senhor **Deputado Ascendo Simões** para propor que o Parecer relativo à Proposta de Resolução n.º 61/XIII/3.^a pudesse ser cumulado com o que se encontra previsto para distribuição no Ponto 6. da OD, atento o facto de ambos entroncarem na mesma Convenção temática.

Obtida a concordância da Senhora Deputada autora do Parecer, foi a proposta submetida a votação e aprovada por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do PCP).

No âmbito do **Ponto 4.**, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Maria Manuel Rola (BE)** para, em nome e por conta do Deputado Pedro Filipe Soares __ ausente em Conferência de Líderes __, apresentar o Relatório previsto neste ponto da OD.

Assim, começou por situar o âmbito objetivo da iniciativa, tendo realçado o facto de a sua assinatura ter ocorrido em 2011 e tratar de matéria que constitui uma verdadeira ameaça à saúde pública das populações. Prosseguiu, analisando os sucessivos normativos que compõem esta Convenção, tendo salientado os mecanismos previstos nos artigos 17.º (cooperação e troca de informações) e 18.º (medidas preventivas), essenciais para prevenir e combater eficazmente a contrafação de produtos médicos e infrações análogas, à escala global. Remetendo a tomada de uma posição para o momento em que esta Proposta de Resolução venha a ser votada em Plenário, concluiu a Autora que a presente Proposta reunia condições de ser votada no Plenário da Assembleia da República.

Não tendo sido regista qualquer intervenção, foi o Relatório em apreço submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do CDS/PP e do PCP).

A apresentação do Parecer referido no **Ponto 5.** da OD foi adiada, em virtude da ausência do Senhor Deputado João Oliveira (PCP) em Conferência de Líderes.

No referente ao **Ponto 6.**, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

PPR n.º 64/XIII/3.^a: Deputada Ana Passos (PS);

PPR n.º 65/XIII/3.^a: Não foi indigitado Autor do Parecer, em virtude de o PCP não se encontrar representado nesta sessão;

PPR n.º 66/XIII/3.^a: Deputado António Ventura (PSD).

No **Ponto 7.** da OD, foi indigitada para elaboração do Parecer acerca da COM (2017)763, a Senhora Deputada Ângela Guerra (PSD).

Transitados para o **Ponto 8.**, foi lida a proposta de redação final do Projeto de Resolução n.º 1202/XIII/3.^a, do Bloco de Esquerda, proveniente da DAPLEN. Não contendo qualquer alteração de substância e tendo colhido a concordância de todos os Deputados presentes, foi a mesma submetida à votação formal e aprovada por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do CDS/PP e do PCP).

Relativamente ao **Ponto 9.** da OD, constatou-se a ausência do Senhor Deputado Pedro Alves (PSD), autor do Relatório referente à reunião interparlamentar europeia em que participou, o qual havia sido distribuído em tempo útil a todos os Deputados da Comissão. Presumiu-se, assim, ter prescindido da sua apresentação.

Neste Ponto, pediu a palavra o Senhor **Deputado Ascenso Simões (PS)**, solicitando a fixação de um procedimento-padrão por parte da Comissão no respeitante à apresentação futura de Relatórios que derivem da participação de Deputados da Comissão em missões ou delegações parlamentares no exterior. Neste seguimento, sugeriu que os Deputados autores destes Relatórios os enviem aos Serviços da Comissão, a quem competirá a sua difusão formal por todos os Deputados, efetivos e suplentes que integram a Comissão. Só haverá apresentação e discussão em sessão da Comissão, caso seja a mesma expressamente requerida pelo respetivo autor ou por solicitação expressa de algum dos seus pares, para o efeito manifestada pelos meios usuais.

Submetida a votação, foi esta proposta aprovada por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do CDS/PP e do PCP).

Relativamente ao **Ponto 10.**, atendendo a que a versão revista do Relatório havia sido remetida a todos os Deputados e considerando que em sessão antecedente o senhor Presidente havia já dado conta da envolvente e resultados desta deslocação, não houve lugar a qualquer apresentação adicional.

No **Ponto 11.**, foram revistas as diferentes Atas elencadas supra, tendo todas sido aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do CDS/PP e do PCP).

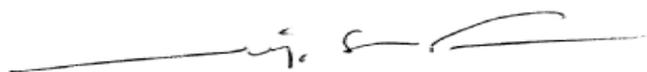
Pelo que, nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Comissão** declarou encerrada a reunião pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/3SL/COM/02_CNECP/CNECP_20180220.mp3

Palácio de S. Bento, 20 de fevereiro de 2018

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Gabriela Canavilhas
Joana Lima
João Oliveira
José Cesário
Maria Manuel Rola
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Adão Silva
Berta Cabral
Carla Sousa
Maria Augusta Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Filipe Lobo D'Ávila
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Isabel Santos
Lara Martinho
Pedro Filipe Soares

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 13/03/2018.